

da ciência aplicada aos meios de destruição, levam hoje as grandes potências a abrir mão, a fazerem concessões recíprocas em relação a pontos de vista até então tidos como inalteráveis. Situações críticas, que muitas vezes todos nós pensamos constituir o início de uma guerra mundial, o início de uma debacle, de uma destruição geral, retrocedem e dão lugar a perspectivas de soluções pacíficas por negociações dessas mesmas crises que, à primeira vista, nos pareciam insuperáveis.

Portanto, Sr. Presidente e Srs. deputados, tudo indica estarmos em face de acontecimentos novos nas relações entre os povos. Se de um lado, ao analisarmos a história da humanidade, verificamos que a guerra tem sido uma tônica na orquestra das nações, muito antes de existir qualquer país com uma estrutura socialista ou estabelecendo as bases econômicas e sociais para uma estrutura sem classes e sem governo, a comunista, muito antes de 1917, as guerras existiam. O povo passava por todas as vicissitudes dos conflitos armados entre as nações. Sempre teve a guerra como causa maior a própria estrutura social da propriedade particular dos meios de produção. Acumulando os lucros ao ponto máximo, gerando a miséria e o baixo poder aquisitivo no seio das grandes massas populares, os grandes grupos econômicos não achavam outra saída para suas crises de superprodução e de desemprego a não ser a conquista de outros povos e outras fontes de matérias primas, a não ser a redistribuição do mundo. Assim têm sido as guerras, e a medida que o progresso se fez entre os povos, essas guerras se tornaram de caráter mais amplo e mais frequentes. A guerra de 14 já teve o caráter entre continentes, já foi batizada com o nome de primeira guerra mundial. Milhões de vidas se perderam. E o que o mundo assistiu após aquela guerra? Ao crescimento do nazismo e do fascismo, dos poderes, de forças que instituíram regimes fortes para manter o privilégio das classes privilegiadas inclusive as altamente industrializadas e conquistar violentamente, povos inteiros, pela guerra, pela luta armada.

A guerra de 1939 teve também caráter mundial, foi uma guerra de 1914 ampliada. Teve sua origem na disputa entre os próprios países capitalistas. Os grupos imperialistas ingleses, franceses — de um lado, e alemães, italianos e japoneses — de outro, passaram a disputar uma nova distribuição das fontes de matéria prima e novos mercados. Ali, um fator novo se apresentou, a existência dos países socialistas, que pela sua existência, pela natureza de sua estrutura econômica, onde o lucro não é a mola propulsora do progresso, mas sim a planificação geral da economia para atender às necessidades primeiras e maiores da população, e que necessita de paz para o progresso, criou uma nova situação no mundo, um desequilíbrio das forças em litígio. E os países mesmo capitalista, porém, mais progressistas e democráticos, outro caminho não tiveram a não ser aliar-se com o campo socialista para derrotar as forças mais retrógradas e reacionárias, que ameaçavam a liberdade e o progresso dos povos. Após o término da segunda guerra o campo socialista ampliou-se, consolidou-se e transformou-se num centro irradiador do progresso e da luta pela paz. Hoje se apresenta um panorama que se de um lado tem o aspecto técnico com a perspectiva de guerras nucleares e guerras atômicas que, segundo grandes e eminentes cientistas, poderão representar o fim da humanidade, sem exceção, não só da humanidade mas também de todos os seres vivos que habitam este planeta; de outro, há a decisão firme e inabalável do campo socialista e de ponderáveis forças do campo capitalista, e da maioria absoluta da população geral do globo, para que esta guerra não se deflagre.

Já não se admite que a guerra seja gerada pelos litígios, ou os conflitos que se verificam em consequência das diferenças de regimes políticos ou mesmo em consequência de luta de povos colonizados, pela libertação, ou mesmo entre grupos econômicos de países capitalistas, diversos, que disputam entre si áreas de influência, enfim, de conflitos de qualquer natureza. A maioria absoluta da população de todos os países impõe e exige que todos esses litígios e conflitos tenham solução por negociações entre as partes em disputa.

Não se concebe, não se admite, e luta-se mesmo para que não ocorra, uma guerra na amplitude que todos nós temos conhecimento possa desencadear-se. Este é um ponto decisivo e importante, pois, comada esta deliberação, apesar dos grupos da propriedade particular, dos grupos imperialistas, de muitos países ainda estarem na inércia histórica da solução de suas crises por guerra, temos condições de impedir que esta inércia no movimento de solução da crise por meio da guerra se torne realidade, e transformar essa inércia histórica do movimento pela guerra como fonte de lucros dos grandes grupos econômicos internacionais não mais numa inércia de movimento, mas inércia pela estática absoluta destes grupos, neutralizando-os. Não são fáceis os caminhos que nos devem conduzir a este objetivo. Mesmo no campo socialista, debatem-se teses diferentes sobre esta matéria. Mas já observamos, pelos discursos do Primeiro Ministro da União Soviética, no Soviète Supremo, Nikita Krutchev, alguns trechos dos quais foram ontem transcritos no jornal "O Estado de São Paulo", que o campo socialista está praticamente unido dentro desse espírito de evitar-se a deflagração de uma guerra no âmbito que acabo de expor. Das potências, as maiores, segundo notícias da imprensa, propõem mesmo interligação de telefones entre Krutchev e Kennedy, para a ligação instantânea, em fração de segundo, a fim de evitar-se que, conforme as notícias, por um erro de cálculo ou por um acidente, se deflagre uma guerra de tal amplitude, de tal natureza.

Daí pensarmos que estamos em face de acontecimentos novos, ainda não vividos pelos povos: a inevitabilidade da coexistência pacífica. É que o progresso gigantesco da técnica, na sua reciprocidade de influência nos acontecimentos e nas relações entre os povos, a determinar aqueles responsáveis não só pelas maiores nações, mas todas nações, e não só as nações, mas estados, parlamentos, líderes de classe, aos governantes, aos deputados aos vereadores, a determinar entre nós uma nova conceituação deste problema. E que aquelas nossas posições duras, frias, rígidas, inflexíveis, tenham que ceder lugar ao entendimento. Tudo nos leva a conceber a matéria dentro deste ângulo. Já por várias vezes tive vontade de ocupar esta tribuna e expressar o meu ponto de vista sobre o assunto que hoje abordo. Mas senti, Srs. deputados, que não estava muito firme na conceituação da matéria e que talvez pudesse deixar nos Anais de nossa Casa gravada uma posição excessivamente extremada uma posição subjetiva, que embora pudesse não influir nos acontecimentos, marcaria talvez uma posição errada, numa das épocas, num dos instantes mais delicados para a humanidade. E por menos que pudesse influir, ficaria nos Anais uma posição talvez ideologicamente doentia, sem a visão ampla que devia ter de um problema tão difícil e tão delicado. Abstive-me, então, durante todos os meses deste ano, apesar da vontade interior que minha ideologia ditava, de pronunciar-me sobre a matéria. Hoje eu me sinto muito à vontade, porque estou convencido de que o chamamento que todos ouvimos é o da paz e o da concórdia, da luta dura para evitar uma terceira guerra mundial, que temos que superar e até concessões recíprocas fazermos para que as soluções tenham sempre o caminho das negociações pacíficas. Países como o nosso têm um papel preponderante a desempenhar, não só pela tradição da sua história. Ao lermos a posição de Ruy, em Haia, vemos que defendia a tese que a voz dos pequenos países deveria ter o mesmo valor qualitativo que a das grandes potências. Isso em 1907 — em 1907! Não só pela história, dizia, do nosso país, temos elementos para nos apoiar, para resguardar as nossas tradições, mas também pela necessidade de superação das crises atuais que envolvem a nossa estrutura social. Países como o Brasil, pela sua força econômica, em estado potencial, pela sua tradição histórica, têm um papel fundamental a desempenhar na política internacional. Aliás, é com satisfação que registro que não constitui propriedade de partido político nenhum uma posição como esta que estou hoje expondo. A nossa política internacional do Brasil, foi positivamente revigorada na gestão de Afonso Arinos, e deve consolidar-se e ampliar-se não com uma neutralidade estática. Uma posição de independência do Brasil não significa hostilidade a nenhuma das grandes potências e nem significa um retrocesso ou uma neutralidade nula, estática.

Pelo contrário, Srs. deputados, vejo uma posição desta natureza, de nosso país, como a mais consentânea com os interesses de todos os povos. Não é fácil para o Brasil manter-se na posição chamada neutralista, nome que não é próprio para esta posição, pois que não se trata de neutralidade, ou de fuga a um problema que se apresenta. Trata-se de uma posição positiva, definida e clara, contra a guerra como solução para os problemas internacionais. Se um problema como o de Cuba, país que liberto do imperialismo, procura construir o socialismo em seu território, levou tanto a União Soviética quanto os Estados Unidos, na iminência de uma guerra mundial, a fazerem várias concessões, somos obrigados a concluir que as grandes potências, pelos seus maiores responsáveis, mesmo que grupos econômicos e de imprensa explorem, deformando, estas concessões, foram levadas a superar os pontos críticos por meio de negociações. Faço votos de que as perspectivas que vejo sejam reais e positivas. Considero inevitável o progresso da estrutura social, principalmente hoje, a luta dos povos colonizados pela liberdade. É um determinismo histórico. Se o homem, saindo da época em que era nômade, passou a sedentário, à idade do homem, passou a cultivar, passou a viver em sociedade, passou a dominar as forças da natureza, a fazer com que estas trabalhassem em seu benefício, modificando durante milhares de anos as suas relações, as formas sociais, as relações entre os indivíduos, e atingiu a fase altamente industrializada, em que a máquina deve substituir o homem, e, creio, neste momento em que a máquina domina o homem, o capitalismo, é inevitável passarmos à fase em que o homem dominará a máquina, o socialismo, em que sejam eliminadas as principais causas das crises econômicas, e das guerras, e

em que a concorrência, a luta entre os indivíduos, como forma de "progresso", seja também eliminada...

O SR. PRESIDENTE (fazendo soar a campainha) — A Presidência interrompe o nobre orador para informá-lo que lhe resta apenas um minuto.

O SR. JETHERO DE FARIA CARDOSO — ... passando a constituir a mola propulsora do progresso não mais a luta do homem contra o homem, mas a luta do homem para o domínio das forças da natureza, eliminando a concorrência entre si. É inevitável assim o caminho para o socialismo. Eis o horizonte que se nos apresenta hoje, em que a possibilidade de enfrentarmos os povos a terceira guerra mundial abre perspectivas para que esta passagem se dê com o menor sofrimento, sem sacrifícios para a humanidade, já que constitui um determinismo histórico e independe das nossas próprias vontades individuais. Impõe-se, com firmeza, conter os obstinados grupos financeiros internacionais, autores de guerra e da miséria latente dos povos oprimidos. Para tanto todos são conclamados a luta pela paz.

Ela o que tinha a dizer. (Muito bem!)

Diretoria Geral

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 22-62, PARA AQUISIÇÃO DE MESAS, ARMÁRIOS E CADEIRAS

1 — Faço público que, de ordem da Egrégia Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, constante do Processo RGE 6360-62, acha-se aberta na Secretaria da Assembleia Legislativa — Palácio 9 de Julho — Parque D. Pedro II, nesta Capital, Concorrência Pública para a aquisição de: 20 mesas para funcionário, com uma gaveta central e três laterais, à esquerda, de madeira imbuia, com cantos curvos, medindo, aproximadamente, 1,20 x 0,70 x 0,80 m.

20 mesas para datilógrafo com o mínimo de duas gavetas laterais, de madeira imbuia, com cantos curvos, medindo, aproximadamente, 0,95 x 0,60 x 0,70 m.

10 armários de madeira imbuia, com duas portas de vidro, medindo aproximadamente, 1,45 x 0,45 x 1,60 m.

20 cadeiras de madeira, com cruzeta ou aranha.

2 — O encerramento da Concorrência verificar-se-á às 16 horas do dia 21 de dezembro de 1962, procedendo-se logo a seguir a abertura das propostas, sob a presidência do Senhor Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, ou de funcionário por ele designado.

3 — De acordo com o artigo 38, § 1.º, letra C, da Lei Federal n. 2.550, de 25 de julho de 1955, é exigido dos titulares de firmas individuais prova de haverem votado na última eleição, pago a respectiva multa ou se justificado perante a Justiça Eleitoral.

4 — Os concorrentes deverão apresentar suas propostas em duas vias, datilografadas, redigidas em idioma nacional, encerradas em envelope indecifrável, contendo o nome social do proponente, o número da presente Concorrência em relação aos demais.

5 — No dia e hora referidos no item 2, na sala da Diretoria Geral, serão abertos os envelopes e lidos em voz alta as propostas, lavrando-se tudo em ata.

6 — Depois da hora marcada para a dita abertura, nenhuma proposta será recebida nem tampouco serão admitidos quaisquer adendos ou acréscimos às propostas apresentadas. Os concorrentes que comparecerem serão convidados a rubricar com a autoridade que presidir a Concorrência, folha por folha, as propostas uns dos outros e a assinar a competente ata.

7 — Os concorrentes poderão impugnar a idoneidade uns dos outros no ato do encerramento da Concorrência e antes da abertura das propostas, não sendo recebidas impugnações fora daquele momento.

8 — O julgamento da Concorrência caberá à Mesa da Assembleia que aceitará as propostas classificadas, a que lhe parecer mais vantajosa ou rejeitará todas ou ainda anulará a Concorrência por despacho motivado, se houver justa causa sem que caiba aos concorrentes direito a qualquer reclamação ou indenização.

9 — Na hipótese do concorrente descumprir, no todo ou em parte as suas obrigações, à Mesa da Assembleia, à seu critério, fica reservado o direito de:

a — aplicar a multa no valor da importância caucionada;

b — exigir a diferença de preço por diferença resultante de nova compra.

10 — A restituição da caução será feita pela Assembleia Legislativa 10 (dez) dias após a entrega do material, desde que não fira o disposto no item 11.

11 — Na Divisão do Serviço Administrativo, Seção de Material no endereço pre-citado, das 14 às 18 horas, nos dias úteis, exceto aos sábados, serão prestados aos interessados quaisquer esclarecimentos a respeito da presente Concorrência.

Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, em 6 de dezembro de 1962.

(s.) Paulo Castro Vianna — Subdiretor Geral.

(Diariamente, até 21-2).

EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 23-62 PARA AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS DE ESCRIVER

1 — Faço público que, de ordem da Egrégia Mesa da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, constante do Processo RGE 6361-62, acha-se aberta na Secretaria da Assembleia Legislativa — Palácio 9 de Julho — Parque D. Pedro II, nesta Capital, Concorrência Pública para a aquisição de:

30 máquinas de escrever, com 140 espaços, tipo paica.

2 — O encerramento da Concorrência verificar-se-á às 16 horas do dia 26 de dezembro de 1962, procedendo-se logo a seguir a abertura das propostas, sob a presidência do Senhor Diretor Geral da Secretaria da Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo, ou de funcionário por ele designado.

3 — De acordo com o artigo 38, § 1.º, letra C, da Lei Federal n. 2.550, de 25 de julho de 1955, é exigido dos titulares de firmas individuais prova de haverem votado na última eleição, pago a respectiva multa ou se justificado devidamente perante a Justiça Eleitoral.

4 — Os concorrentes deverão apresentar suas propostas em duas vias, datilografadas, redigidas em idioma nacional, encerradas em envelope indecifrável, contendo o nome social do proponente, o número da presente Concorrência e mais os seguintes dizeres: Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo.

5 — Das propostas deverão constar:

a) — nome ou razão social e endereço;

b) — preço unitário e total;

c) — prazo de entrega;

d) — condições de pagamento;

e) — declaração expressa da proposta ser mantida durante o mínimo prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de sua abertura;

f) — declaração de que se sujeita às disposições do presente Edital e às da legislação vigente;

g) — prova de depósito da Tesouraria da Assembleia de caução na quantia de Cr\$ 50.000,00 (cincoenta mil cruzeiros), em dinheiro ou títulos de dívida pública federal, estadual ou municipal, como garantia da proposta;

h) — Não serão tomadas em consideração as propostas que:

a) — não obedecerem ao disposto no item 5;

b) — contiverem emendas ou rasuras;

c) — permitirem ou mencionarem a possibilidade de redução de preços em relação aos demais.

7 — No dia e hora referidos no item 2, na sala da Diretoria Geral, serão abertos os envelopes e lidos em voz alta as propostas, lavrando-se tudo em ata.

8 — Depois da hora marcada para a dita abertura, nenhuma proposta será recebida nem tão pouco serão admitidos quaisquer adendos ou acréscimos às propostas apresentadas. Os concorrentes que comparecerem serão convidados a rubricar com a autoridade que presidir a Concorrência, folha por folha, as propostas uns dos outros e a assinar a competente ata.

9 — Os concorrentes poderão impugnar a idoneidade uns dos outros no ato do encerramento da Concorrência e antes da abertura das propostas, não sendo recebidas impugnações fora daquele momento.

10 — O julgamento da Concorrência caberá à Mesa da Assembleia que aceitará as propostas classificadas, a que lhe parecer mais vantajosa ou rejeitará todas, ou ainda anulará a Concorrência por despacho motivado, se houver justa causa, sem que caiba aos concorrentes direito a qualquer reclamação ou indenização.

11 — Na hipótese do concorrente descumprir, no todo ou em parte as suas obrigações, à Mesa da Assembleia, à seu critério, fica reservado o direito de: